



Diário Oficial do **EXECUTIVO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA/BA

Em, 30 de junho de 2026

◆ Ano: VI ◆

Edição nº. 1.163 ◆

Caderno: 1 ◆

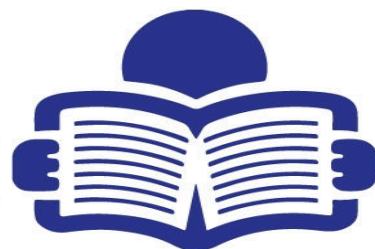
Página: 1

ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO

- » **LEI MUNICIPAL Nº. 863 DE 2026 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2027.**
- » **EXTRATOS DE CONTATO/2026.**
- » **DECRETOS DE 2026 – PME.**



**imprensa
oficial**



**A publicidade LEGAL.
levada a SÉRIO**

ASSINADO DIGITALMENTE
CDKM SOLUCOES E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>

Serpro



Todas as edições são assinadas digitalmente conforme MP Nº. 2.200-2/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-BRASIL

A versão eletrônica encontra-se disponível no portal: <https://domunicipio.com>



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

LEI MUNICIPAL Nº 863/2026, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias
para o exercício financeiro de 2027 e dá
outras providências.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BIRITINGA, ESTADO DA BAHIA, faz
saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Biritinga para o exercício de 2027, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 62 e 159, da Constituição Estadual, e Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- III – a geração de despesa;
- IV – as disposições relativas à política e às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V- as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município e política de arrecadação de receitas;
- VI - as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VII - as disposições finais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

Art. 2º - O Poder Público direcionado pelas diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual (2026/2029) priorizará ações voltadas à promoção do desenvolvimento urbano e rural sustentável, com ênfase na ampliação e qualificação da infraestrutura pública, assegurando melhores condições de mobilidade, acessibilidade, ordenamento territorial e abastecimento, bem como a oferta de espaços adequados de convivência social, atividades econômicas e terá como prioridades:

I – Promover a melhoria da infraestrutura urbana e rural, assegurando melhores condições de mobilidade, acessibilidade, ordenamento territorial, abastecimento de água e ampliação dos espaços públicos, contribuindo para o bem-estar da população;

II – Fortalecer a política educacional do município, com ampliação do acesso, melhoria da qualidade do ensino e garantia de infraestrutura adequada e transporte escolar, promovendo condições mais dignas para o processo de ensino-aprendizagem;

III – Ampliar e qualificar os serviços de saúde, assegurando maior acesso, eficiência e resolutividade no atendimento à população;

IV – Incentivar o esporte através da construção e reforma de unidades de esporte;

VI – Fortalecer o planejamento e a gestão territorial, por meio da organização do espaço urbano e locais públicos e promoção do desenvolvimento econômico do município.

Art. 3º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2027 são decorrentes das ações previstas no Plano Plurianual – PPA, 843/2025, especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2027 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único – As prioridades e metas poderão ser alteradas, se durante o período de elaboração e apreciação do projeto de Lei Orçamentária para 2027 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, e que contribuam para o atendimento dos objetivos pretendidos pelos programas governamentais.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

**ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E
EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES.****SEÇÃO I****Das Disposições Gerais**

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei Complementar nº 101/2000, nesta Lei e, no que couber, na Lei nº 4.320/1964.

§ 1º - A discriminação da receita obedecerá à estrutura e aos conceitos constantes da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e também as suas alterações através da **Portaria Conjunta STN/SOF nº 650, de 24 de setembro de 2019** aquela com atualização mantida pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), bem como a Nota técnica STN Ementário da Receita, Portaria Conjunta STN_SOF_ME nº 16 de Fevereiro de 2021, Portaria SOF nº 5.118 de 04 de maio de 2021 e portaria STN nº 831 de 07 de Maio de 2021, atualizada pela Portaria STN nº 923, de 08/07/2021, pela Portaria STN nº 1.128, de 04/11/2021 e pela Portaria STN nº 1.446, de 14/06/2022, pela Portaria STN nº 1.567, de 31/08/2022 (ATO RETIFICADOR DE 01/09/2022), Portaria STN nº 10.460, de 7/12/2022 e Portaria STN/MF nº 277, de 26/4/2023 e ATO nº 420/2025 do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, publicado em 21 de agosto de 2025.

§ 2º - A discriminação da despesa será efetuada por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando as modalidades de classificação, a saber:

I – classificação institucional:

- a) poder;
- b) órgão;
- c) Entidade;
- d) Unidade orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

II – classificação funcional:

- a) função;
- b) subfunção;
- c) programa;
- d) projeto, atividade ou operação especial.

§ 3º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 5º Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;

II – juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nºs 40 e 43/2001 do Senado Federal e respectivas alterações;

III – contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios, contratos de repasses ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

IV – outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

Parágrafo único. As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente às prioridades estabelecidas neste artigo.

Art. 6º Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar 101/2000.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

Art. 7º Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades definidas para o exercício na forma do art. 2º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

I – a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II – será assegurada alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III – não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Seção II**Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Art. 8º Para fins desta Lei conceituam-se:

I – **função** – o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II – **subfunção** – a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

III – **programa** – o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – **atividade** – instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

V – **projeto** – um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI – **operação especial** – as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII – **categoria de programação** – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII – **órgão** – Entidade integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX – **transposição** – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

X – **remanejamento** – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XI – **transferência** – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII – **reserva de contingência** – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os quais incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto na Lei nº. 4.320/1964.

XIII – **passivos contingentes** – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV – **créditos adicionais** – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV – **crédito adicional suplementar** – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI – **crédito adicional especial** – as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII – **crédito adicional extraordinário** – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII – **unidade orçamentária** – consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX – **unidade gestora** - Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX – **Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)** – instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

XXI – alteração do Detalhamento da Despesa – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade.;

XXII – descentralização de créditos orçamentários – a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXIII – provisão – ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXIV – descentralização interna. – é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão (secretaria ou órgão diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

XXV – descentralização externa – é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

Art. 9º. O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

resultante de impostos e transferências oriundas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, observando o que dispõe a Constituição Federal em seus artigos 211 e 212 e incisos.

Art. 10. O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

I – Impostos a que se refere o art. 156 da Constituição Federal;

II – Recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b, e § 3º da Constituição Federal e das transferências a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações Lei Complementar nº 176/20 e suas alterações.

III – receitas resultantes da cobrança da Dívida Ativa Tributária, Multas, Juros de Mora e Correção Monetária decorrentes de impostos de que trata o inciso I deste parágrafo.

Art. 11. São consideradas como ações e serviços públicos de saúde, para efeito da aplicação dos recursos de que trata o art. 198, § 2º, da Constituição Federal, as despesas relacionadas a programas finalísticos e de apoio à saúde, inclusive administrativos, que atendam simultaneamente aos princípios do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, suas alterações e atualizações, e às seguintes diretrizes:

I – acesso universal e igualitário de que trata o art. 196 da Constituição Federal e observância do princípio da gratuidade estabelecido pelo art. 43 da Lei Federal nº 8.080/90;

II – aplicações em conformidade com as metas e os objetivos explicitados no Plano de Saúde do Município; e

III – responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo em nenhuma hipótese com despesas relativas a outras políticas públicas voltadas para a melhoria dos índices sociais e econômicos em geral – renda, educação, alimentação, saneamento, lazer, habitação, etc. – que apresentem reflexos sobre as condições de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

Art. 12. Atendido o que dispõe o Art. 10 da presente Lei e observado o que dispõe a Lei Complementar 141/12, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

I – vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;

II – atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;

III – capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

IV – desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;

V – produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;

VI – saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações legais;

VII – saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;

VIII – manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;

IX – investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;

X – remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

XI – ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e

XII – gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

§ 1º - Além de atender aos critérios estabelecidos nos artigos 10 e 11, as despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município deverão ser financiadas com recursos alocados por meio do respectivo Fundo de Saúde, nos termos do art. 77, § 3º, do ADCT/CF.

§ 2º. – O Fundo Municipal de Saúde deve constar na Lei Orçamentária Anual, em unidade orçamentária específica que contenha, exclusivamente, programas vinculados às ações e serviços públicos de saúde, com a referida denominação, devidamente compatibilizados com o Programa Municipal de Saúde.

§ 3º - Toda e qualquer despesa efetivada pelo município em ações e serviços de saúde será realizada por meio da unidade orçamentária mencionada neste artigo.

Art. 13. Em conformidade com os princípios e diretrizes mencionados nos arts. 9º e 10 desta Lei, e na Lei Complementar 141/12, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, para efeito de aplicação do disposto no art. 77 do ADCT/CF, as relativas a:

- I – pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde;
- II – pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área;
- III – assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal;
- IV – merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS, ressalvando-se o disposto no inciso II do art. Anterior;
- V – saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

VI – limpeza urbana e remoção de resíduos;

VII – preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da Federação ou por entidades não governamentais;

VIII – ações de assistência social;

IX – obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde; e

X – ações e serviços públicos de saúde custeados com recursos distintos dos especificados na base de cálculo definida em Lei ou vinculados a fundos específicos distintos daqueles da saúde.

Art. 14. A proposta Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de Lei, de:

I – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – informações complementares.

§ 1º - Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

I – sumário geral da receita por fonte e da despesa por funções do Governo;

II – quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei nº 4.320/64;

III – quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º - Os anexos relativos aos orçamentos fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

I – da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

II – da programação referente à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, para dar cumprimento ao estabelecido na Constituição Federal e na Lei Complementar 141/12.

III – do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2025;

IV – demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subsequentes;

V – demonstrativo da Receita segundo a Categoria Econômica e Fonte de Recursos na forma do Anexo 02 da Lei nº 4.320/64;

VI – demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6, 7 e 9 da Lei n.º 4.320/64 – art. 2º, § 2º e suas alterações.

Art. 15. Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviços da dívida pública municipal;

III – contrapartida de convênios e financiamentos;

IV – projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 1º - Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

§ 2º - As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

§ 3º - Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, salvo nos casos previstos em Lei específica.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

Art. 16. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação, observando o disposto no art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, e nas áreas de cultura, meio ambiente e outras quando definidas em legislação específica.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2026 por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no *caput* deste artigo.

§ 3º - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, observado o que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 e o art. 184 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

Art. 17. A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 18 – A discriminação da receita obedecerá à estrutura e aos conceitos constantes da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e também as suas alterações através Portaria STN/MF nº 277, de 26/4/2023, alterada pelas portarias Nº 1.180, DE 18 DE JULHO DE 2024 e Nº 1.458, DE 4 DE JULHO DE 2025 da STN e ATO nº 420/2025 do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, publicado em 23/08/2025.

Art. 19. A receita municipal será constituída da seguinte forma:

- I – dos tributos de sua competência;
- II – das transferências constitucionais;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

III – das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;

IV – dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

V – das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI – da cobrança da dívida ativa;

VII – das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VIII – dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;

IX – dos recursos para o financiamento da Saúde, definidos pela legislação vigente;

XI – de Emendas Parlamentares;

XII – de outras rendas.

Art. 20. Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação, compreendendo a identificação da despesa, sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme conceitos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função, subfunção e programa a que se refere a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, alterada pela Portaria SOF nº 67 de 20 de julho de 2012.

§ 2º - Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta Orçamentária, como Unidades Orçamentárias.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

§ 3º - As dotações atribuídas às unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 4º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes poderão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 6º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

§ 7º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão os grupos de natureza de despesa que constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

- 1 – Pessoal e Encargos Sociais;
- 2 – Juros e Encargos da Dívida;
- 3 – Outras Despesas Correntes;
- 4 – Investimentos;
- 5 – Inversões Financeiras; e
- 6 – Amortização da Dívida.

§ 8º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – mediante transferência financeira:

- a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou
- e) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II – diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

§ 9º - A especificação da modalidade de que trata o § 8º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I – governo estadual – **30**;
- II – administração municipal – **40**;
- III – entidade privada sem fins lucrativos – **50**;
- IV – consórcios públicos – **71**;
- V – aplicação direta – **90**; ou
- VI – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – **91**.

Art. 21. A alteração da Modalidade de Aplicação, devido à sua natureza de informação gerencial, poderá ser efetivada durante o exercício financeiro, desde que verificada inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa naquela modalidade prevista inicialmente, devidamente justificada, mediante Decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

Seção III**Da Descentralização de Créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Art. 22. Os créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos, mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem.

§ 1º - As dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

respectivamente.

§ 2º - Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete a administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 3º - O Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, do Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

§ 4º - A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:

I - descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrantes de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

II – descentralização de crédito externa é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

§ 5º - A unidade recebedora do crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

Seção IV**Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos
e suas Alterações**

Art. 23. O Poder Legislativo encaminhará até o dia 15 de outubro de 2026, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§ 1º - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I – o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 25/2000;

II – os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

§ 2º - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

I – Para fins do disposto no parágrafo segundo tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado até o mês de agosto projetado até dezembro de 2026.

Art. 24. Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas Propostas Orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 30 de setembro de 2026, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

Art. 25. O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 03 de setembro de 2026, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na Proposta Orçamentária para o exercício de 2027, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, especificando:

- I – número e data do ajuizamento da ação originária;
- II – número e tipo do precatório;
- III – tipo da causa julgada;
- IV – data da autuação do precatório;
- V – nome do beneficiário;
- VI – valor a ser pago; e,
- VII – data do trânsito em julgado.

Art. 26. As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I – Na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;

II – Acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

§ 1º. – Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º – Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

§ 3º. – Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 4º – Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, evidenciando o excesso apurado ou sua tendência para o exercício.

§ 5º – As fontes de recursos e as modalidades de aplicação constantes do Orçamento poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que observadas as vinculações e verificada a inviabilidade técnica, operacional ou legal da execução do crédito na modalidade e fonte previstas na Lei Orçamentária de 2027 e em seus créditos adicionais.

Art. 27. Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida.

III – sejam relacionadas com:

a) a correção de erros ou omissões; ou

b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º - As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I – no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II – no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

§ 2º - A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 28. A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 29. Para fins do disposto no artigo 26 desta Lei, entende-se por:

Emenda – proposição apresentada como acessória de outra, com existência e tramitação dependente da proposição principal. A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata. Conforme sua finalidade, pode ser *aditiva*, *modificativa*, *substitutiva*, *aglutinativa* ou *supressiva*;

Emenda aditiva – é a que acrescenta dispositivos, expressões ou palavras à proposição principal;

Emenda modificativa – é a que altera a proposição principal sem modificar substancialmente seu conteúdo. Portanto, modifica apenas parte do dispositivo (ementa, artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número) que é objeto da emenda. Denomina-se **emenda de redação** a **modificativa** que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso manifesto ou erro evidente;

Emenda substitutiva – a apresentada como sucedâneo de dispositivo de outra proposição. Portanto, substitui integralmente a ementa, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea ou o número que constitui o objeto da emenda;

Emenda aglutinativa – a que resulta da fusão de emendas entre si ou de uma ou mais emendas com a proposição principal, a fim de formar um novo texto com objetivos aproximados;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

Emenda supressiva – é a que objetiva eliminar parte de outra proposição, devendo incidir sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número;

Subemenda – é a emenda que altera outra emenda, podendo ser supressiva de parte desta, substitutiva ou aditiva;

Projeto substitutivo, ou simplesmente **substitutivo** – denominação dada à emenda destinada a substituir integralmente a proposição principal.

§ 1º - A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata, seguindo princípios de coesão, precisão, clareza e concisão cuja redação deve ser norteada por regras básicas de técnica legislativa, contemplando os elementos constitutivos da estrutura do projeto.

§ 2º - Para o atendimento às disposições desta Lei, a emenda, objetivando a sua perfeita compreensão, requer estrutura e forma básicas e elementares em exata observância à técnica legislativa, devendo compor-se de dados e informações mínimas ao perfeito entendimento do que se propõe, evidenciando:

a) **epígrafe**, em que à expressão EMENDA N.º ... se segue a indicação da espécie e do número da proposição a que ela se refere;

b) **fórmula pela qual se determina a alteração a ser feita**: “Suprima-se ...”, “Onde se lê ...”, “Leia-se ...”, “Acrescente-se ...”, “Dê-se ao art.... a seguinte redação”;

c) **contexto**, em que se procede à supressão ou substituição de determinada expressão, ou se enuncia o dispositivo a ser acrescentado, ou se dá nova redação a determinado dispositivo;

d) **fecho**, que compreende o local (Sala das Reuniões, Sala das Comissões), a data de apresentação e o nome do autor;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

e) **justificação**, é o texto que acompanha o projeto e no qual, pela apresentação e defesa de uma série de argumentos (justificativas), procura o autor demonstrar a necessidade ou oportunidade da proposição, respaldado no conhecimento e domínio dos princípios constitucionais, legais e normativos que regem a matéria a ser emendada, de forma a permitir que o autor possa, com clareza, objetividade, fundamentação e embasamento técnico legal, expor as razões que justifiquem a alteração proposta.

Art. 30. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2027 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

Parágrafo único O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas regionais durante a apreciação da Proposta Orçamentária, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 31. O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2027, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo único. Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

I – mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II – pela seleção dos projetos prioritários, por área considerada, a serem incorporados na proposta Orçamentária do exercício; ou

III – por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Art. 32. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 33. Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Os QDDs, relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, sendo:

I – No âmbito do Poder Executivo, os QDDs serão aprovados via Decreto, do Prefeito Municipal;

II – No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, serão aprovados via ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 2º - As Atividades e Projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 3º - Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, os Projetos e Atividades, consignados a cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 4º - Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de categoria da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos, sendo:

I – No âmbito do Poder Executivo, os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via decreto do Prefeito Municipal;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

II – No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via ato próprio do Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 5º - As fontes de recursos de que trata o § 1º deste artigo, são as definidas pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 20 de 23 de Fevereiro de 2021, Portaria nº 710 de 25 de Fevereiro de 2021 e suas atualizações.

Art. 34. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35. As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual, de acordo com as disposições do art. 26 desta Lei.

CAPÍTULO III

DA GERAÇÃO DA DESPESA

Art. 36. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/00 e arts. 36 e 37 desta Lei.

Art. 37. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois 2 subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

§ 1º - Para os fins desta Lei, em conformidade com a Lei Complementar 101/00 considera-se:

I – adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do art. 37, será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizada.

§ 3º - Para os fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos no art. 75 da Lei Federal 14.133/2021.

§ 4º – O disposto no art. 36 constitui condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 38. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 37 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º - A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º - O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º - Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 39. Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

Parágrafo único. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 40. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 41. As dotações Orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2027, com base na folha de pagamento de agosto de 2026 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º - A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.

I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

apuração.

Art. 42. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 41 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V – contratação de hora extra.

Art. 43. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 41, sem prejuízo das medidas previstas no art. 42 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

§ 3º - Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I – receber transferências voluntárias;

II – obter garantia direta ou indireta, de outro ente;

III – contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 44. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 45. Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I – houver prévia dotação Orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

II – for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 41 desta Lei;

III – forem observadas as restrições e limitações contidas na Lei 101/2000.

Parágrafo único. O disposto no *caput* compreende, entre outras:

I – a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II – a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;

III – a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 46. O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

I – educação;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

II – saúde;

III – fiscalização fazendária;

IV – assistência à criança e ao adolescente.

CAPÍTULO V**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E
POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS**

Art. 47. Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de Lei dispendo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

I – adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;

II – revisões e simplificações da legislação tributária municipal;

III – aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;

IV – geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;

V – estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

CAPÍTULO VI**DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL****Seção I****Das Disposições Gerais**

Art. 48. A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentável do Município objetivando a geração de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 49. A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

I – ao endividamento público;

II – ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;

III – aos gastos com pessoal e encargos sociais;

IV – à administração e gestão financeira.

Art. 50. São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 48 desta Lei:

I – o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-la;

II – a limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 52 desta Lei;

III – a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;

IV – a limitação e contenção dos gastos públicos;

V – a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas a serem definidas por ato do chefe do Poder Executivo;

VI – a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

Art. 51. A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

Seção II**Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal**

Art. 52. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, e suas alterações, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

§ 2º - Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos, pelo não pagamento de encargos sociais, especificamente INSS, FGTS e PASEP, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos referentes aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefonia fixa e móvel, conforme previsto na Portaria STN/MF nº 2.057, de 15 de setembro de 2005, estabelecendo regras de harmonização a serem observadas, de forma permanente, pela Administração Pública para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais – ARF, do Anexo de Metas Fiscais – AMF, do Relatório Resumido

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, e define orientações metodológicas, consoante os parâmetros definidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º - A dívida consolidada líquida, compreende a dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 4º - O endividamento líquido do Município não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, II, da Resolução nº 40, de 2001 do Senado Federal, e suas alterações.

§ 5º - A inobservância do limite estabelecido pela Resolução nº40/2001, do Senado Federal, sujeitará o Município às disposições do art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 53. O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observadas as disposições contidas nos artigos 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações no nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º - O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal e alterações.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

CAPÍTULO VII**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 54. Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

Art. 55. Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2026, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta Orçamentária das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos;

II – serviços da dívida;

III – despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade, principalmente saúde e educação com financiamento específico;

IV – investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;

V – contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo único. Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 56. Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 57. O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

Art. 58. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

§ 1º - A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder.

§ 2º - Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

I – pessoal e encargos;

II – serviços da dívida;

III – decorrentes de financiamentos;

IV – decorrentes de convênios;

V – as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º - No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no *caput*, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

Art. 59. A Proposta Orçamentária deverá conter dotação global denominada Reserva de Contingência, observando o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º A Reserva de Contingência será constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante máximo correspondente a até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida do Município apurada no exercício de 2025, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º A dotação referida no *caput* não terá destinação específica a órgão, unidade orçamentária, ramo, categoria de programação ou grupo de despesa.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

§ 3º A Reserva de Contingência será utilizada como fonte de recursos para:

I – o atendimento de passivos contingentes;

II – a cobertura de outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

III – a realização de alterações e adequações orçamentárias, mediante abertura de créditos adicionais, nos termos do § 1º do inciso III do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 4º Caso, até o mês de setembro do exercício vigente, o recurso alocado na Reserva de Contingência não tenha sido utilizado para os fins previstos no Anexo dos Riscos Fiscais, poderão ser remanejados para outras finalidades, mediante abertura de créditos adicionais, nos termos da legislação aplicável.

Art. 60. A elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária deverão levar em conta a obtenção do resultado previsto no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 61. Integrarão a presente Lei os Anexos:

Anexo I - Macro Ações, Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;

Anexo II - Metas Fiscais;

Anexo III - Riscos Fiscais.

§ 1º - A fim de dar cumprimento ao que preceitua a LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

Anexo II - Metas Fiscais

Demonstrativo I – Metas Anuais;

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Anexo III - Riscos Fiscais.**Anexo dos Riscos Fiscais**

§ 2º - Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da atualização do Projeto da Lei do Plano Plurianual 2026/2029 e do Projeto da Lei Orçamentária 2027, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

Art. 62. Os Anexos da Lei do Plano Plurianual 2026/2029 e desta Lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, assim como em decorrência de transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

Art. 63. Para fins do disposto no art. 4º, § 3º da Lei Complementar 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, na forma definida no Anexo III, Restos a Pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

acordo com o art. 37 da Lei 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 64. Os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas, previstos no art. 63 só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência.

Art. 65. Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2027.

Art. 66. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BIRITINGA, em 30 de junho de 2026.

GILMÁRIO SOUZA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Biritinga/BA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BAHIA**

Praça Municipal, 01 – Biritinga/Ba – CNPJ: 13.835.558/0001-39

Fone/Fax: (75) 3267-2170 / 3267-2162 / 3267-2136

**METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS
(LC Nº 101/2000, § 1º e 2º incisos I e II).****Orçamento Fiscal e da Seguridade Social**

A metodologia de cálculo utilizada para a demonstração das metas fiscais para o período que compreende os anos de, 2027, 2028 e 2029 levou em consideração as receitas realizadas durante os exercícios de, 2023, 2024, e 2025 bem como a projetada para o ano em evidência.

Foram acolhidos para correção das distorções de valores, dentro do cenário macroeconômico, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, o Produto Interno Bruto da União e o Produto Interno Bruto do Estado.

- I. Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA: 3,85%;
- II. Produto Interno Bruto da União – PIB União: 1,8%;
- III. Produto Interno Bruto do Estado – PIB Estado: 2,5 %.

A título de corrigir a distorção proveniente do crescimento dos PIB's da União e do Estado e os seus impactos em suas principais transferências, foram utilizadas a incidência percentual do PIB da União nas transferências correntes, precisamente na Cota Parte do FPM e ICMS Exportação, e a incidência percentual do PIB do Estado nas Cotas Partes do ICMS e IPI sobre Exportação bem como a variação média de crescimento dos três últimos exercícios.

Quanto às despesas, seu crescimento foi projetado segundo os mesmos critérios indicados nos dois itens anteriores, estando as despesas com Pessoal e Encargos de acordo com os limites estabelecidos nos Artigo(s) 19 e 20 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.

O item “Outras Despesas Correntes” concentra um volume de gastos compatível com a dimensão da cidade, estando neles computados todos os custos com a manutenção da sede, distritos e povoados, unidades de saúde etc.;

Quanto aos valores estimados para o atendimento dos gastos com o “Serviço da Dívida”, que compreende o somatório dos encargos e amortizações, estão dentro dos limites estabelecidos na Resolução Nº 40/2001, do Senado Federal;

A estimativa do “Resultado Primário” e do “Resultado Nominal” foi feita adotando-se os critérios estabelecido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais - 15ª edição, publicada em 16/09/2025, tomando como base o comportamento das receitas e despesas de 2023 a 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CÁLCULO PROJEÇÃO RECEITA E DESPESA
2027

ACIMA DA LINHA										
		RECEITAS REALIZADAS								
		2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029		
RECEITAS PRIMÁRIAS										
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)		87.275.585,22	110.205.279,17	109.764.131,01	125.711.293,04	130.451.705,10	135.134.921,31	139.864.643,56		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.295.505,88	4.859.866,36	5.370.407,71	5.480.822,00	5.691.833,65	5.896.170,47	6.102.536,44		
IPTU		48.771,99	61.201,45	114.808,50	164.963,00	171.314,08	177.464,25	183.675,50		
ISS		1.281.149,34	1.141.781,90	1.644.223,37	1.725.160,00	1.791.578,66	1.855.896,33	1.920.852,71		
ITBI		51.322,06	27.875,91	30.718,50	29.216,00	30.340,82	31.430,05	32.530,10		
IRRF		1.777.757,12	3.410.178,96	3.402.888,64	3.338.001,00	3.466.514,04	3.590.961,89	3.716.645,56		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		156.505,37	218.828,14	177.768,70	223.482,00	232.086,06	240.417,95	248.832,57		
Contribuições										
Contribuição Patrimonial		432.373,40	417.495,24	190.816,31	228.593,00	237.393,83	245.916,27	254.523,34		
Aplicações Financeiras (II)		432.373,40	417.495,24	190.816,31	228.593,00	237.393,83	245.916,27	254.523,34		
Outras Receitas Patrimoniais										
Receita de Serviços										
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais										
Transferências Correntes		83.537.956,07	104.553.466,12	103.698.943,55	119.946.234,24	124.464.691,54	128.932.973,96	133.445.628,05		
Cota-Parte do FPM		22.621.416,71	26.367.761,15	28.396.778,37	35.189.283,60	36.544.071,02	37.856.003,17	39.180.963,28		
Cota-Parte do ICMS		3.268.982,16	4.679.973,54	5.340.490,81	6.142.000,00	6.378.467,00	6.607.453,97	6.838.714,85		
Cota-Parte do IPVA		289.889,92	316.474,55	343.309,26	350.916,80	364.427,10	377.510,03	390.722,88		
Cota-Parte do ITR		17.409,95	19.409,93	18.852,46	1.936,80	2.011,37	2.083,57	2.156,50		
Transferências da LC 61/1989		23.150,85	41.556,50	38.025,37	38.576,00	40.061,18	41.499,37	42.951,85		
Transferências do FUNDEB		44.221.787,47	58.200.647,94	51.803.809,09	58.886.737,00	61.153.876,37	63.349.300,54	65.566.526,06		
Outras Transferências Correntes		13.095.399,01	14.927.642,51	16.757.678,20	19.336.784,04	19.981.777,50	20.699.123,32	21.423.592,63		
Demais Receitas Correntes		9.749,87	374.451,45	503.963,44	55.643,80	57.786,09	59.860,61	61.955,73		
Outras Receitas Financeiras (III)										
Receitas Correntes Restantes		9.749,87	374.451,45	503.963,44	55.643,80	57.786,09	59.860,61	61.955,73		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I) - (II) + (III)		86.843.211,82	109.787.853,93	109.573.314,70	125.482.700,04	130.214.311,27	134.889.905,04	139.610.120,22		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)										
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)										
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)										
Operações de Crédito (VIII)										
Amortização de Empréstimos (IX)										
Alienação de Bens										
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)										
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)										
Outras Alienações de Bens										
Transferências de Capital		3.778.934,96	1.007.708,22	2.965.454,24	12.233.172,96	12.599.261,62	13.051.575,11	13.508.380,24		
Convênios		191.000,00	607.708,22	477.500,00	6.926.818,96	7.193.501,49	7.451.748,19	7.712.559,38		
Outras Transferências de Capital		3.587.934,96	400.000,00	2.487.954,24	5.306.354,00	5.405.760,13	5.599.826,92	5.795.820,86		
Outras Receitas de Capital										
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)										

1,00

Outras Receitas de Capital Primárias											
RECETA A Intra-Orçamentária											-
RECETAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII) - (VIII) + IX + X + XI + XII	3.778.934,96	1.007.708,22	2.965.454,24	12.233.172,96	12.599.261,62	13.051.575,11	13.508.380,24				-
RECETAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)											-
RECETAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)											-
RECETA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV) + X + XII + XIV	90.622.146,78	110.795.492,15	112.538.768,94	137.715.873,00	142.813.572,89	147.940.580,15	153.118.500,46				-
RECETA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV) + XII	90.622.146,78	110.795.492,15	112.538.768,94	137.715.873,00	142.813.572,89	147.940.580,15	153.118.500,46				-
RECETA PRIMÁRIA TOTAL (COM FONTE RPPS)											-
RECETA TOTAL	91.054.520,18	111.212.987,39	112.729.585,25	148.539.047,00	143.050.966,72	148.186.496,42	153.573.023,80				-
RECETA TOTAL COM RPPS											-

DESPESAS PAGAS											
DESPESAS PRIMÁRIAS											
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029				
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	75.361.081,76	94.243.779,34	98.580.157,28	111.436.227,04	115.726.521,78	119.881.103,91	124.076.942,55				
Pessoal e Encargos Sociais	54.948.076,41	71.669.117,30	72.900.121,31	78.295.047,00	81.309.406,31	84.228.414,00	87.176.408,49				
Juros e Encargos Correntes				2.000,00	2.077,00	2.151,56	2.226,87				
Outras Despesas Correntes	20.413.005,35	22.574.662,04	25.680.035,97	33.139.180,04	34.415.038,47	35.650.538,35	36.898.307,20				
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XIX) = (XVIII) - XIX	75.361.081,76	94.243.779,34	98.580.157,28	111.434.227,04	115.724.444,78	119.878.952,35	124.074.715,68				
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XX)											
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)											
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXII)	13.158.923,35	18.555.202,01	19.476.934,86	37.052.819,96	27.272.519,94	28.251.603,40	29.240.409,52				
Investimentos	12.013.442,75	16.568.657,63	15.758.360,63	34.312.819,96	24.427.029,94	25.303.960,31	26.189.598,92				
Inversões Financeiras											
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)											
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)											
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)											
Demais Inversões Financeiras											
A amortização da Dívida (XXVII)	1.145.480,60	1.986.544,38	3.718.574,23	2.740.000,00	2.845.490,00	2.947.643,09	3.050.810,60				
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXII) - (XXIV) + XXV + XXVI + XXVII	12.013.442,75	16.568.657,63	15.758.360,63	34.312.819,96	24.427.029,94	25.303.960,31	26.189.598,92				
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)				50.000,00	51.925,00	53.789,11	55.671,73				
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)											
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)											
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	87.374.524,51	110.812.436,97	114.338.517,91	145.797.047,00	140.203.399,72	145.236.701,77	150.319.986,33				
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (COM FONTES RPPS)	87.374.524,51	110.812.436,97	114.338.517,91	145.797.047,00	140.203.399,72	145.236.701,77	150.319.986,33				
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXX)	88.520.005,11	112.798.981,35	118.057.092,14	148.539.047,00	143.050.966,72	148.186.496,42	153.573.023,80				
DESPA TOTAL											
DESPA TOTAL COM FONTE RPPS											

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	582.412,93	5.040.016,41	2.396.344,73	2.499.866,82	2.596.111,69	2.689.312,10	2.783.438,03				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS											
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVI] - (XXXII) - RPPAGO - RPPNPPAGO]	2.665.209,34	5.056.961,23	4.196.093,70	10.581.040,82	14.061,47	14.566,28	15.076,10				
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVII] - (XXXIII) - RPPAGO - RPPNPPAGO]	2.665.209,34	5.056.961,23	4.196.093,70	10.581.040,82	14.061,47	14.566,28	15.076,10				

VALOR INCORRIDO							
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
JUROS NOMINAIS							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	432.373,40	417.495,24	190.816,31	228.593,00	237.393,83	245.916,27	254.523,34
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	-	-	-	2.000,00	2.077,00	2.151,56	2.226,87
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.097.582,74	4.639.465,99	4.005.277,39	10.354.447,82	240.378,30	258.330,99	267.372,57



ABAIXO DA LINHA		SALDO DA DÍVIDA						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)		77.460.234,98	100.886.866,23	120.533.333,53	117.793.333,53	114.947.843,53	112.000.200,44	108.949.389,84
DEDUÇÕES (XL)		- 1.950.676,11	2.703.173,29	- 2.422.627,41	- 2.539.398,05	- 2.637.164,88	- 2.731.839,10	- 2.827.453,46
Disponibilidade de Caixa		- 1.950.676,11	2.703.173,29	- 2.422.627,41	- 2.539.398,05	- 2.637.164,88	- 2.731.839,10	- 2.827.453,46
Disponibilidade de Caixa Bruta		7.039.180,94	3.822.277,47	1.793.111,09	1.879.539,04	1.951.901,30	2.021.974,55	2.092.743,66
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)		5.057.771,91	2.598.050,92	4.022.847,43	4.216.748,68	4.379.093,50	4.536.302,96	4.695.073,56
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		6.772.141,16	402.862,56	2.880.962,99	3.019.825,41	3.136.088,68	3.248.674,27	3.362.377,87
Demais Haveres Financeiros		2.840.056,02	1.881.809,30	2.688.071,92	2.817.636,99	2.926.116,01	3.031.163,58	3.137.254,30
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)		79.410.911,09	98.183.692,94	122.955.960,94	120.332.731,58	117.585.008,41	114.732.039,53	111.776.843,30
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLII ac- XLIII)		- 11.717.210,33	- 18.772.781,85	- 24.772.268,00	- 2.623.229,36	- 2.747.723,18	- 2.852.968,87	- 2.955.196,23
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS PAGO		582.412,93	5.040.016,41	2.396.344,73	2.499.866,82	2.596.111,69	2.689.312,10	2.783.438,03
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		87.275.585,22	110.205.279,17	109.764.131,01	125.711.293,04	130.551.177,82	135.237.965,11	139.971.293,88
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS		5.057.771,91	2.598.050,92	4.022.847,43	4.216.748,68	4.379.093,50	4.536.302,96	4.695.073,56



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRITINGÁ
LEIDE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2027

AMF – Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)	ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028				2029			
		Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100	Valor Corrente (d)	Valor Constante	% PIB (d / PIB) x 100	% RCL (d / RCL) x 100	Valor Corrente (e)	Valor Constante	% PIB (e / PIB) x 100	% RCL (e / RCL) x 100
	Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	148.539.047,00	142.278.780,65	0,02	113,78	143.050.966,72	137.814.033,45	0,02	101,90	148.186.496,42	137.947.161,44	0,02	102,00	153.373.023,80	137.947.161,44	0,02	98,55
	Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	137.715.873,00	131.911.755,75	0,02	105,49	142.813.572,89	137.585.330,34	0,03	101,74	147.940.580,15	137.718.237,41	0,02	101,83	153.118.590,46	137.718.237,41	0,02	98,39
	Receitas Primárias Correntes	125.482.700,04	120.194.157,13	0,02	96,12	130.214.311,27	125.447.313,36	0,03	92,76	134.889.005,04	125.568.495,14	0,02	92,85	139.610.120,22	125.568.495,14	0,02	89,71
	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.480.822,00	5.249.829,50	0,00	4,20	5.091.833,65	5.483.462,09	0,00	4,05	5.896.170,47	5.488.759,10	0,00	4,06	6.102.536,44	5.488.759,10	0,00	3,92
	Transferências Correntes	119.940.234,24	114.871.028,97	0,02	91,88	124.444.691,54	119.908.186,67	0,02	88,66	128.932.973,96	120.024.011,66	0,02	88,75	133.445.628,05	120.024.011,66	0,02	85,75
	Dados Receitas Primárias Correntes	55.643,80	53.298,66	0,00	0,04	57.786,69	55.670,60	0,00	0,04	59.840,61	57.524,38	0,00	0,04	61.955,73	57.524,38	0,00	0,04
	Receitas Primárias de Capital	12.233.722,96	11.717.598,62	0,00	9,37	12.599.261,62	12.138.016,97	0,00	8,98	13.051.575,11	12.149.742,27	0,00	8,98	13.508.380,24	12.149.742,27	0,00	8,68
	Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	148.539.047,00	142.278.780,65	0,02	113,78	143.050.966,72	137.814.033,45	0,03	101,90	148.186.496,42	137.947.161,44	0,02	102,00	153.373.023,80	137.947.161,44	0,02	98,55
	Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	145.797.047,00	139.652.343,87	0,02	111,68	140.203.399,72	135.070.712,64	0,02	99,88	149.576.701,77	135.201.190,60	0,02	99,97	150.319.986,33	135.201.190,60	0,02	96,59
	Despesas Primárias Correntes	111.434.227,04	106.737.365,36	0,02	85,36	115.724.444,78	111.487.904,41	0,02	82,44	119.878.952,35	111.595.601,44	0,02	82,52	124.074.715,68	111.595.601,44	0,02	79,73
	Pessoal e Encargos Sociais	78.295.047,00	74.995.555,75	0,01	59,97	81.309.406,31	78.332.761,38	0,02	57,92	84.228.414,00	78.608.430,62	0,01	57,98	87.176.408,49	78.608.430,62	0,01	56,02
	Outras Despesas Correntes	33.139.180,04	31.742.599,62	0,01	25,38	34.415.038,47	33.155.143,04	0,01	24,52	35.650.538,35	33.187.170,82	0,01	24,54	36.898.307,20	33.187.170,82	0,01	23,71
	Despesas Primárias de Capital	34.312.819,96	32.866.685,79	0,01	26,28	24.427.029,94	23.532.784,14	0,00	17,40	25.303.960,31	23.555.516,75	0,00	17,42	26.189.598,92	23.555.516,75	0,00	16,83
	Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	2.499.866,82	2.394.508,45	0,00	1,91	2.596.111,69	2.501.071,00	0,00	1,85	2.689.312,10	2.503.487,03	0,00	1,85	2.783.438,03	2.503.487,03	0,00	1,79
	Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado Primário (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (I - II)	10.581.040,82	10.135.096,57	0,00	8,10	14.061,47	13.546,70	0,00	0,01	14.566,28	13.559,79	0,00	0,01	15.076,10	13.559,79	0,00	0,01
	Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (III - IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	228.593,00	218.958,81	0,00	0,18	237.393,83	228.703,11	0,00	0,17	245.916,27	228.924,04	0,00	0,17	254.523,37	228.924,04	0,00	0,16
	Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	117.793.333,53	112.828.863,53	0,02	90,23	114.947.843,53	110.739.733,65	0,02	81,89	112.000.200,44	104.261.252,57	0,02	77,09	108.949.389,84	97.991.541,78	0,02	70,01
	Divida Consolidada Líquida (DCL)	120.332.731,58	115.241.237,15	0,02	92,17	117.885.008,41	113.280.354,92	0,02	83,76	114.732.039,53	106.804.328,08	0,02	78,98	111.776.843,30	100.534.617,28	0,02	71,83
	Divida Consolidada Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	2.623.229,36	2.512.671,80	0,00	2,01	2.747.723,18	2.647.132,15	0,00	1,96	2.852.968,87	2.655.835,50	0,00	1,96	2.955.196,23	2.657.970,23	0,00	1,90

NOTA: A metodologia de cálculo do resultado primário considera os valores das receitas e despesas primárias, excluindo aquelas previstas e realizadas com fontes de recursos do RPPS, e o resultado deve ser apurado pelo ótica acima da linha. Essa metodologia encontra-se descrita no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO.

2027 - Índice de deflação:
(1 + (taxa de inflação de 2027/100))
(1 + 0,30/100) = 1,003

2028 - Índice de deflação:
(1 + (taxa de inflação de 2027/100))² = (taxa de inflação de 2028/100)
(1 + 0,30/100) x (1 + 0,30/100) = 1,006

2029 - Índice de deflação:
(1 + (taxa de inflação de 2027/100))³ = (taxa de inflação de 2029/100)
(1 + 0,30/100) x (1 + 0,30/100) x (1 + 0,30/100) = 1,009

(1 + 0,30/100) x (1 + 0,30/100) = 1,006
(1 + 0,30/100) x (1 + 0,30/100) = 1,006
(1 + 0,30/100) x (1 + 0,30/100) = 1,006

	2027	2028	2029
PIB Br em bilhões	595.000.000.000,00	630.000.000.000,00	665.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	130.551.177,82	135.237.985,11	139.971.289,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2027

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação		RS 1,00
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	127.927.404,20	0,38	105,30	112.729.585,25	0,02	102,70	-15.197.818,95	-11,88	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	127.433.546,20	0,38	104,89	112.538.768,94	0,02	102,53	-14.894.777,26	-11,69	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	127.927.404,20	0,38	105,30	118.057.092,14	0,02	107,56	-9.870.312,06	-7,72	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	126.023.404,20	0,37	103,73	114.338.517,91	0,02	104,17	-11.684.886,29	-9,27	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	805.772,10	0,00	0,66	-4.196.093,70	0,00	-3,82	-5.001.865,80	-620,75	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	805.772,10	0,00	0,66	-4.196.093,70	0,00	-3,82	-5.001.865,80	0,00	
Dívida Pública Consolidada (DC)	73.701.337,36	0,22	60,66	120.533.333,53	0,02	109,81	46.831.996,17	63,54	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	71.002.345,36	0,21	58,44	122.955.960,94	0,02	112,02	51.953.615,58	73,17	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	2.000.055,31	0,01	1,05	-24.772.268,00	0,00	-22,57	-26.772.323,31	-1338,58	

FONTE: Anexo VI RREO 2024, Anexo I RRF 2024, Demonstrativo de receita 2023, Demonstrativo de despesa anexo 2023, Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa - Anexo 35

NOTA: ALE o exercício de 2022, a meta do resultado nominal era definida e acompanhada pela metodologia acima da linha. A partir do exercício de 2023, o resultado nominal deve ser calculado pela diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do ano anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência. Para apuração do resultado nominal pela metodologia abaixo da linha, não devem ser considerados os valores das dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS do ente

A metodologia de cálculo do resultado primário considera os valores das receitas e despesas primárias, excluindo aquelas previstas e realizadas com fontes de recursos do RPPS, e o resultado deve ser apurado pelo ótica acima da linha. Essa metodologia encontra-se descrita no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO.

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00
PIB nominal	33.703.176.600,00	536.700.000.000,00

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01
Receita Corrente Líquida - RCL	121.492.453,20	109.764.131,01



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2027

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES														RS 1.00
	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	87.858.389,38	16,85	125.421.642,46	42,75	127.927.404,20	2,00	148.539.047,00	16,11	143.050.966,72	3,69	148.186.496,42	3,59	153.373.023,80	3,50	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	87.553.471,60	18,64	124.940.526,96	42,70	127.437.546,20	2,00	137.715.873,00	8,07	142.815.572,89	3,70	147.940.580,15	3,59	153.318.500,46	3,50	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	87.858.389,38	16,85	125.421.642,46	42,75	127.927.404,20	2,00	148.539.047,00	16,11	143.050.966,72	3,69	148.186.496,42	3,59	153.373.023,80	3,50	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	84.721.794,47	14,82	123.564.744,85	45,85	126.023.404,20	1,99	145.797.047,00	15,69	140.201.399,72	3,84	145.236.701,77	3,59	150.319.986,33	3,50	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) - (II) - (IV)	2.411.559,32	77,65	-3.518.007,23	-24,88	805.772,00	122,90	-10.581.040,82	-1.413,16	14.061,47	100,13	14.566,28	3,59	2.798.514,13	19,12	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) - (V) + (III) - (IV)	2.411.559,32	77,65	-3.518.007,23	-24,88	805.772,00	122,90	-10.581.040,82	-1.413,16	14.061,47	100,13	14.566,28	3,59	2.798.514,13	19,12	
Divisão Provisória Consolidada (DCL)	64.904.887,95	142,05	75.603.337,26	16,48	73.701.337,36	2,52	117.793.333,53	59,48	114.947.848,53	2,42	112.000.200,44	2,56	108.949.389,84	2,72	
Divisão Consolidada Líquida (DCL)	67.155.813,44	209,30	73.002.400,67	8,71	71.002.345,96	2,74	120.332.731,58	69,48	117.585.088,41	2,28	114.732.039,53	2,43	111.776.843,30	2,58	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	537.887,32	-71,15	6.408.510,86	1,09	1.091,42	68,79	2.623.229,36	31,16	2.747.723,18	4,75	2.852.968,87	3,83	2.955.196,23	3,58	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES														RS 1.00
	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	82.903.540,49	14,20	120.574.545,72	45,33	123.589.415,71	2,50	142.278.780,65	15,12	131.751.971,90	7,40	131.548.738,21	0,15	136.152.944,05	3,50	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	82.675.610,46	15,95	120.112.023,61	45,28	123.112.304,32	2,50	131.911.755,75	7,15	131.533.278,99	0,29	131.330.423,39	0,15	135.926.997,52	3,50	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	82.903.540,49	14,20	120.574.545,72	45,33	123.589.415,71	2,50	142.278.780,65	15,12	131.751.971,90	7,40	131.548.738,21	0,15	136.152.944,05	3,50	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	80.001.694,49	12,22	118.789.410,55	48,48	121.749.979,91	2,49	139.652.343,87	14,70	129.129.273,25	7,54	128.930.134,13	0,15	133.442.688,82	3,50	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) - (II) - (IV)	2.277.204,27	73,63	-3.382.648,87	-24,82	778.448,56	122,02	-10.135.096,57	-1.401,96	12.950,81	100,13	12.930,84	0,15	2.484.308,70	19,12	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) - (V) + (III) - (IV)	2.277.204,27	73,63	-3.382.648,87	-24,82	778.448,56	122,02	-10.135.096,57	-1.401,96	12.950,81	100,13	12.930,84	0,15	2.484.308,70	19,12	
Divisão Provisória Consolidada (DCL)	61.286.562,73	136,57	72.681.539,47	48,71	71.202.142,17	2,04	112.838.863,53	58,46	105.865.553,15	6,01	99.455.887,75	6,09	96.717.009,36	2,72	
Divisão Consolidada Líquida (DCL)	63.414.365,85	202,29	70.181.119,66	10,67	68.594.672,36	2,26	115.261.237,15	68,03	108.297.421,54	6,04	101.850.407,41	5,95	99.227.008,21	2,58	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	507.920,04	-71,80	6.160.844,90	1,11	1.932.233,90	68,64	2.512.671,80	30,04	2.550.691,11	0,72	2.532.649,49	0,08	2.623.399,19	3,58	

FONTE: LOA 2023, LOA 2024, LOA 2025, LOA 2026, ESTUDO DA RECEITA PARA 2027, 2028 E 2029



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2027

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital		-37.344.153,40	78,54%	-39.176.919,33	104,91%	-41.774.540,22	106,63%
Reservas		0,00	0,00%	0,00	0,00%		0,00%
Resultado Acumulado		-10.202.486,48	21,46%	1.832.765,93	-4,91%	2.597.620,89	-6,63%
TOTAL		-47.546.639,88	100,00%	-37.344.153,40	100,00%	-39.176.919,33	100,00%

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio		0,00		0,00		0,00	
Reservas		0,00		0,00		0,00	
Lucros ou Prejuízos Acumulados		0,00		0,00		0,00	
TOTAL		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2027

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITAS REALIZADAS			
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras			
			R\$ 1,00
DESPESAS EXECUTADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
SALDO FINANCEIRO			
	2025 (g) = ((Ia - IIId) + IIIf)	2024 (h) = ((Ib - IIe) + IIIf)	2023 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Anexo XI - Relatório de Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2023, 2024 e 2025

 PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 2027			
AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "c")			
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			
RECEITAS CORRENTES (I)	2023	2024	2025
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os Regimes			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + II + III)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios			
Aposentadorias			
Pensões por Morte			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Financeira entre os Regimes			
Demonio Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2023	2024	2025
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2023	2024	2025
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Indefinida	2023	2024	2025
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recurso para Cobertura de Déficit Atuarial			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios			
Aposentadorias			
Pensões por Morte			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Financeira entre os Regimes			
Demonio Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2023	2024	2025
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2023	2024	2025
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Indefinida	2023	2024	2025
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Recurso para Formação de Reserva			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XIV)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XV)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XVI)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XVII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XVIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XIX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XX)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XXII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XXIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XXIV)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XXV)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XXVI)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XXVII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XXVIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XXIX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XXX)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XXXI)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XXXII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XXXIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XXXIV)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XXXV)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XXXVI)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XXXVII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (XXXVIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demonio Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (XXXIX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2027

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R\$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
			NADA A DECLARAR			
TOTAL						-



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2027

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTOS	2027	
Aumento Permanente da Receita		6.785.596,67
(-) Transferências Constitucionais		4.518.457,30
(-) Transferências ao FUNDEB		2.267.139,37
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		5.198.599,11
Redução Permanente de Despesa (II)		0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)		5.198.599,11
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		1.586.997,56
Novas DOCC		1.586.997,56
Novas DOCC geradas por PPP		0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		3.611.601,55

FONTE: METODOLOGIA DE CALCULO PROJEÇÃO RECEITA E DESPESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2027

PASSIVOS CONTINGENTES			PROVIDÊNCIAS		R\$ 1,00
Descrição	Valor		Descrição		
Demandas Judiciais			Precatório		0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento					
Avais e Garantias Concedidas					
Assunção de Passivos					
Assistências Diversas					
Outros Passivos Contingentes	31.155,00		Aumento de Salário mínimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal ;		
Outros riscos e eventos fiscais imprevistos	20.770,00		Amortização da dívida; Epidemias		51.925,00
			Epidemia, pandemia, desastres, decisões judiciais imprevistas		
SUBTOTAL	51.925,00	SUBTOTAL			51.925,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS			PROVIDÊNCIAS		R\$ 1,00
Descrição	Valor		Descrição		
Frustração de Arrecadação	0,00				0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00				0,00
Discrepância de Projeções:	0,00				0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00				0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL			0,00
TOTAL	51.925,00	TOTAL			51.925,00



ESTUDO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO DE 2027

Código	Descrição	2023	EXECUTADA	2024	2025	2026	PREVISTA	2028	2029
10000000000000000000	Receitas Correntes	93.485.566,60	117.452.692,46	117.474.537,50	117.474.537,50	135.116.322,84	140.220.956,59	145.254.537,13	150.338.756,43
10000000000000000000	Impostos, Taxas e Contribuições das Melhorias	3.295.505,68	4.859.866,36	4.770.407,71	4.859.866,36	5.460.922,00	5.460.922,00	5.886.170,47	6.102.936,44
10000000000000000000	Impostos	3.139.000,51	4.641.039,42	5.192.630,01	5.192.630,01	5.257.340,00	5.459.747,59	5.655.752,53	5.853.703,87
11000000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	48.771,09	61.201,45	114.906,50	114.906,50	164.965,00	171.314,08	177.454,25	183.675,50
11000000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	30.341,26	39.155,22	67.275,02	67.275,02	80.955,00	83.972,07	86.966,67	90.301,20
11120000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Adicional	18.430,23	22.046,23	47.630,48	47.630,48	84.010,00	87.342,00	90.487,58	93.374,30
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Principal	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Principal	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Principal	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Adicional	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Adicional - Principal	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Principal	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Principal	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Principal	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Principal	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
11200000000000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - ITR - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional - Adicional	11.250,00	14.010,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,

[illegible]

[illegible]

[illegible]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA****Estado da Bahia**

CNPJ: 13.835.558/0001-39

ANEXO DE PRIORIDADE DE METAS**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – EXERCÍCIO 2027**

PROGRAMAS AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META 2027
CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	UNIDADE ESCOLAR CONSTRUÍDA, ADEQUADA E/OU AMPLIADA	UNID	3
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	TRANSPORTE ESCOLAR ADQUIRIDO	UNID	5
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE	UNIDADE DE SAÚDE CONSTRUÍDA	UNID	3
CONSTRUÇÃO E/OU REQUALIFICAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS E UNIDADES ESPORTIVAS	QUADRAS CONSTRUÍDAS E/OU REQUALIFICADAS	UNID	5
REFORMAS DE UNIDADES ESPORTIVAS	UNIDADES ESPORTIVAS REFORMADAS	UNID	2
CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE QUADRAS ESCOLARES	QUADRAS ESCOLARES CONSTRUÍDAS/ADEQUADAS E OU AMPLIADAS	UNID	3
PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E MELHORIA DE RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	LOGRADOUROS PAVIMENTADOS/DRENADOS	M ²	8.000
CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS	PRAÇAS CONSTRUÍDAS/REVITALIZADAS	UNID	5
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS	VEÍCULOS E MÁQUINAS ADQUIRIDOS	UNID	3
AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	SISTEMA DE ESGOTAMENTO AMPLIADO	KM	3
REESTRUTURAÇÃO DE FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO	FEIRA LIVRE REESTRUTURADA	UNID	1
CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL MUNICIPAL	HOSPITAL CONSTRUÍDO	UNID	1
CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL	CENTRO CULTURAL CONSTRUÍDO	UNID	1

MANUTENÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	PRÉDIOS PÚBLICOS REFORMADOS	UNID	5
MANUTENÇÃO RECUPERAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	ESTRADAS VICINAIS REQUILIFICADAS	KM	20
CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS, AGUADAS, PASSAGENS MOLHADAS E PONTES	BARRAGENS, AGUADAS, PASSAGENS MOLHADAS E PONTES CONTRUÍDOS	UNID	6



PREFEITURA MUNICIPAL BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0051/2026

OBJETO: Constitui-se objeto deste instrumento, a contratação direta da empresa PAROARA PRODUÇÃO MUSICAL LTDA, para apresentação de Show Musical da Banda **PAROARA DO ACORDEON**, no dia 23 de junho de 2026, durante as realizações dos tradicionais festejos junino/2026, evento promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, Eventos, Turismo e Lazer, e apoiado pela Prefeitura Municipal.

Valor total: R\$17.000,00 (dezessete mil reais).

INEXIGIBILIDADE Nº 0026/2026

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE: 14.14.000 – Secretaria Municipal de Cultura, Eventos, Turismo e Lazer

AÇÃO: 2.057 – Promoção e Realização de Eventos Culturais e Tradicionais

ELEMENTO: 3.3.9.0.39.00.0000 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE: 1500 – Recursos Próprios

CONTRATANTE: Município de Biritinga-Bahia.

EMPRESA CONTRATADA: PAROARA PRODUÇÃO MUSICAL LTDA, CNPJ sob nº 33.492.452/0001-97

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias

DATA: 18 de junho de 2026.

Praça Municipal, 01 – Biritinga/BA – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
telefone: (75) 3267-2216



PREFEITURA MUNICIPAL BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0052.2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0040/2026

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de ornamentação junina, compreendendo o fornecimento de materiais, montagem, manutenção e posterior desmontagem da decoração típica dos festejos de São João nas Praças 20 de Janeiro e Praça do Ipiranga na Sede neste município.

VALOR GLOBAL: R\$ 37.200,00(trinta e sete mil e duzentos reais)

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 009/2026

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade orçamentaria: 14.14

Projeto/Atividade: 2057

Elemento de despesa: 3.3.9.0.39.00.0000

Fonte de Recurso: 1500.

EMPRESA CONTRATADA: JADER ANDRADE DE ABREU EVENTOS - EPP, CNPJ nº 09.132.356/0001-53

VIGÊNCIA: 03 meses

DATA: 18 de junho de 2026.

Praça Municipal, 01 – Biritinga/BA – CNPJ n. 13.835.558/0001-39



PREFEITURA MUNICIPAL BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0058.2026

OBJETO: Constitui-se objeto deste instrumento, a contratação direta da empresa acima qualificada, para apresentação de Show Musical da grupo **FILHO DE KELÉ**, no dia 28 de junho de 2026, durante as realizações dos tradicionais festejos junino/2026, no Povoado de Tapera, evento promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, Eventos, Turismo e Lazer, e apoiado pela Prefeitura Municipal

VALOR TOTAL: R\$10.000,00 (dez mil reais).

INEXIGIBILIDADE Nº 0033/2026

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE: 14.14.000 – Secretaria Municipal de Cultura, Eventos, Turismo e Lazer

AÇÃO: 2.057 – Promoção e Realização de Eventos Culturais e Tradicionais

ELEMENTO: 3.3.9.0.39.00.0000 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE: 1500 – Recursos Próprios

CONTRATANTE: Município de Biritinga-Bahia.

EMPRESA CONTRATADA: FILHOS DE KELÉ PRODUÇÃO MUSICAL LTDA, CNPJ sob nº 63.606.137/0001-04

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias

DATA: 26 de junho de 2026.

Praça Municipal, 01 – Biritinga/BA – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
telefone: (75) 3267-2216



PREFEITURA MUNICIPAL BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0059.2026

OBJETO: Constitui-se objeto deste instrumento, a contratação direta de Empresa acima qualificada, detentora dos direitos de exclusividade de representatividade do cantor **TICO MENEZES E BANDA**, para apresentação de Show Musical, no dia 04 de julho de 2026, durante a realização das festividades em comemoração aos festejos juninos do forró da Rua do Meio, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, Eventos, Turismo e Lazer.

VALOR TOTAL: R\$15.000,00 (quinze mil reais).

INEXIGIBILIDADE Nº 0034/2026

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE: 14.14.000 – Secretaria Municipal de Cultura, Eventos, Turismo e Lazer

AÇÃO: 2.057 – Promoção e Realização de Eventos Culturais e Tradicionais

ELEMENTO: 3.3.9.0.39.00.0000 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE: 1500 – Recursos Próprios

CONTRATANTE: Município de Biritinga-Bahia.

EMPRESA CONTRATADA: **MARIO RODRIGO SOUZA DE MENEZES 04153276529**, inscrita no CNPJ sob nº32.730.997/0001-31

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias

DATA: 29 de junho de 2026.

Praça Municipal, 01 – Biritinga/BA – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
telefone: (75) 3267-2216



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA
DECRETO Nº 040/2026, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação da Equipe Técnica para elaboração do Novo Plano Municipal de Educação – PME, decênio 2027-2037, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIRITINGA, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o dever do Município de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino, bem como de suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

CONSIDERANDO o disposto no art. 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento de articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, especialmente quanto à organização dos sistemas de ensino, à gestão democrática, à participação da comunidade escolar e à necessidade de planejamento da política educacional;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, com duração decenal;

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar o Novo Plano Municipal de Educação de Biritinga/BA para o decênio 2027-2037, em consonância com as diretrizes, objetivos, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO a importância de assegurar diagnóstico técnico, participação social, escuta qualificada, transparência, organização metodológica e sistematização adequada na construção do novo Plano Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir equipe técnica responsável por coordenar, orientar, acompanhar e consolidar os trabalhos preparatórios de elaboração do Projeto de Lei do Novo Plano Municipal de Educação de Biritinga/BA,

DECRETA:

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA
CAPÍTULO I
DA NOMEAÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º. Fica nomeada a Equipe Técnica para elaboração do Novo Plano Municipal de Educação – PME do Município de Biritinga/BA, referente ao decênio 2027-2037, com a finalidade de coordenar, orientar, acompanhar, sistematizar e consolidar os trabalhos técnicos necessários à formulação da proposta do referido Plano.

Art. 2º. A Equipe Técnica atuará em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, o Fórum Municipal de Educação, as unidades escolares, os demais órgãos públicos competentes e as representações sociais envolvidas com a política educacional municipal.

Parágrafo único. A atuação da Equipe Técnica deverá observar o regime de colaboração entre Município, Estado e União, a participação social, a transparência, a publicidade dos atos preparatórios e a compatibilidade do Plano Municipal de Educação com o Plano Nacional de Educação.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. A Equipe Técnica para elaboração do Novo Plano Municipal de Educação – PME será composta pelos seguintes membros:

- I** – Priscila Brito de Souza Lima – Dirigente Municipal de Educação;
- II** – Cássia da Silva Lima – Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III** – Lílano de Almeida Santos – Representante do Conselho Municipal de Educação;
- IV** – Elivânia Lima dos Anjos – Representante do Fórum Municipal de Educação;
- V** – Sandra Santos Araújo – Representante do Poder Legislativo;
- VI** – Idaiana Carvalho Silva Oliveira – Representante da Educação Infantil;
- VII** – Charlene Cerqueira de Araújo Santos – Representante da Alfabetização;
- VIII** – Francis Souza Xavier Souza – Representante do Ensino Fundamental;

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

- IX** – Alane Figueiredo de Carvalho – Representante do Ensino Médio;
- X** – Cássia Cerqueira Brito – Representante da Educação Integral em Tempo Integral;
- XI** – Thaís Meireles Oliveira – Representante da Conectividade, Educação Digital e Integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs à Educação;
- XII** – Marília Silva Oliveira – Representante da Sustentabilidade Socioambiental na Educação;
- XIII** – Adriana Teixeira Barbosa – Representante da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola;
- XIV** – Maria Edna dos Santos Barbosa Figueiredo – Representante da Educação Especial Inclusiva e da Educação Bilíngue de Surdos;
- XV** – Alan Barbosa Barros – Representante da Educação de Jovens, Adultos e Idosos;
- XVI** – Sandra Itana Estrela Pitanga – Representante da Educação Profissional e Tecnológica;
- XVII** – Luana Cerqueira de Souza – Representante da Educação Superior;
- XVIII** – Eunice Brito Figueiredo – Representante da Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica;
- XIX** – Cristiane Santana de Azevedo – Representante da Gestão Democrática na Educação Pública;
- XX** – Bárbara Shirley dos Santos Cerqueira de Araújo – Representante do Financiamento e da Infraestrutura da Educação.

Parágrafo único. A substituição de membros, quando necessária, poderá ser formalizada por ato posterior do Chefe do Poder Executivo, mediante indicação do órgão, entidade, segmento ou representação correspondente.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º. Compete à Equipe Técnica para elaboração do Novo Plano Municipal de Educação – PME:

- I** – organizar o trabalho mediante convocação prévia para reuniões, elaboração de cronograma, definição de pautas e preparação de materiais de estudo;

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

- II** – apropriar-se das diretrizes, objetivos, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026;
- III** – coordenar o processo de elaboração, revisão e sistematização da minuta do Projeto de Lei do Novo Plano Municipal de Educação para o decênio 2027-2037;
- IV** – elaborar o cronograma, a metodologia e o plano de trabalho das atividades;
- V** – coordenar os estudos educacionais necessários à elaboração do diagnóstico da educação do Município de Biritinga/BA;
- VI** – promover o processo de escuta da sociedade, de especialistas, das representações sociais, dos segmentos educacionais e das entidades de classe, nas diversas esferas e níveis de representação, acerca dos anseios e expectativas quanto à educação municipal;
- VII** – mobilizar instituições, órgãos e setores educacionais para o levantamento de dados e informações destinados a subsidiar a elaboração do Novo Plano Municipal de Educação de Biritinga/BA, tendo como referência o diagnóstico educacional, o relatório final do decênio anterior e as metas do Plano Nacional de Educação;
- VIII** – realizar estudos diagnósticos da educação no Município de Biritinga/BA, em conformidade com as diretrizes, objetivos, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação;
- IX** – articular a elaboração do Novo Plano Municipal de Educação em regime de colaboração municipal, estadual e federal;
- X** – auxiliar o Fórum Municipal de Educação na organização de consultas públicas, seminários, reuniões técnicas e audiências públicas, quando necessário;
- XI** – sistematizar o documento de referência a ser encaminhado aos espaços de participação social;
- XII** – propor, orientar e acompanhar a formação de comissões técnicas, quando necessário, para debater as propostas do texto-base do Plano Municipal de Educação;
- XIII** – acompanhar a elaboração do diagnóstico educacional e do documento-base a ser submetido aos espaços de participação e, posteriormente, encaminhado à apreciação das instâncias competentes;
- XIV** – organizar as metas e estratégias do PME de forma cronológica e sistematizada, possibilitando melhor visualização, consulta e controle dos processos de execução, monitoramento e avaliação;

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

XV – consolidar e apresentar a proposta final do Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação em audiência pública, para apreciação da comunidade e posterior encaminhamento aos órgãos competentes.

Art. 5º. A Equipe Técnica poderá solicitar aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal dados, documentos, informações, apoio técnico e colaboração institucional necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio administrativo e operacional necessário ao funcionamento da Equipe Técnica, inclusive quanto às convocações, registros de reuniões, organização de documentos, sistematização de dados e consolidação das informações produzidas.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. Poderão ser constituídas comissões, subcomissões ou grupos de trabalho temáticos para aprofundamento de estudos, levantamento de dados, elaboração de propostas e acompanhamento de eixos específicos do Novo Plano Municipal de Educação.

§ 1º. A criação dos grupos de trabalho de que trata o *caput* observará a necessidade técnica, a realidade administrativa do Município e a pertinência temática das atividades a serem desenvolvidas.

§ 2º. Os grupos de trabalho poderão contar com a participação de servidores públicos, profissionais da educação, representantes de conselhos, entidades, instituições de ensino, especialistas e demais colaboradores convidados, conforme a matéria em discussão.

Art. 8º. A participação na Equipe Técnica e nos grupos de trabalho eventualmente constituídos será considerada serviço público relevante, não ensejando remuneração adicional aos seus membros ou colaboradores.

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

Art. 9º. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da execução deste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação aplicável e as diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BIRITINGA/BA, em 30 de junho de 2026.

GILMÁRIO SOUZA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Biritinga/BA

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA
DECRETO Nº 039/2026, DE 30 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Gestora do Novo Plano Municipal de Educação – PME, decênio 2027-2037, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIRITINGA, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o dever do Município de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino, bem como de suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

CONSIDERANDO o disposto no art. 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento de articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, especialmente quanto à organização dos sistemas de ensino, à gestão democrática do ensino público e à participação da comunidade escolar;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, especialmente em seu art. 6º, que determina a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais de educação mediante lei específica, de duração decenal, em consonância com o Plano Nacional de Educação – PNE;

CONSIDERANDO o regime de colaboração previsto no art. 7º da Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, para o alcance das metas e a implementação das estratégias do Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO a vigência do Plano Estadual de Educação da Bahia – PEE-BA e a necessidade de alinhamento das políticas educacionais municipais às diretrizes nacionais e estaduais aplicáveis;

CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação na coordenação técnica, administrativa e pedagógica do processo de elaboração do Projeto de Lei do Novo Plano Municipal de Educação, para posterior encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo;

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

CONSIDERANDO a necessidade de instituir instância gestora responsável por coordenar, organizar, deliberar e promover debate amplo, qualificado, transparente e participativo acerca da elaboração do Novo Plano Municipal de Educação de Biritinga/BA, com vigência decenal;

CONSIDERANDO a importância da sistematização de dados educacionais, da avaliação do plano vigente, da construção participativa do diagnóstico educacional e da formulação de proposições compatíveis com a realidade local;

CONSIDERANDO que o processo de elaboração do Novo Plano Municipal de Educação – PME deve ocorrer de forma articulada entre os diversos órgãos públicos, conselhos, fóruns, entidades, instituições e organizações representativas integrantes da política educacional municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DA COMPOSIÇÃO

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Gestora do Novo Plano Municipal de Educação – PME do Município de Biritinga/BA, referente ao decênio 2027-2037, responsável pela coordenação política, institucional e deliberativa do processo de elaboração do Projeto de Lei do novo Plano Municipal de Educação.

Art. 2º. A Comissão Gestora será composta pelos seguintes membros:

- I** – Priscila Brito de Souza Lima – Dirigente Municipal de Educação;
- II** – Alane Figueiredo de Carvalho – Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III** – Bárbara Shirley dos Santos Cerqueira de Araújo – Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- IV** – Liliano de Almeida Santos – Representante do Conselho Municipal de Educação;
- V** – Marinês Ferreira de Jesus Santos – Representante do Conselho Municipal de Educação;
- VI** – Cássia da Silva Lima – Representante do Fórum Municipal de Educação;
- VII** – Elivânia Lima dos Anjos – Representante do Fórum Municipal de Educação;
- VIII** – Sandra Santos Araújo – Representante do Poder Legislativo Municipal;
- IX** – Josemir da Cruz Moura – Representante do Poder Legislativo Municipal.

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

Parágrafo único. A Dirigente Municipal de Educação integrará a Comissão Gestora como membro nato, cabendo-lhe coordenar e presidir os trabalhos, podendo ser substituída, em suas ausências ou impedimentos, por representante formalmente designado da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. A substituição de membros da Comissão Gestora, quando necessária, poderá ser formalizada por ato posterior do Chefe do Poder Executivo, mediante indicação do órgão, entidade ou representação correspondente.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º. Compete à Comissão Gestora do Novo Plano Municipal de Educação – PME:

- I** – coordenar o processo de elaboração, organização e sistematização do Projeto de Lei do Novo Plano Municipal de Educação para o decênio 2027-2037;
- II** – elaborar o cronograma, a metodologia e o plano de trabalho das atividades;
- III** – coordenar os estudos educacionais necessários à elaboração do diagnóstico da educação do Município de Biritinga/BA;
- IV** – promover o processo de escuta da sociedade, de especialistas, das representações sociais, dos segmentos educacionais e das entidades de classe, nas diversas esferas e níveis de representação, acerca dos anseios e expectativas quanto à educação no Município;
- V** – mobilizar instituições, órgãos e setores educacionais para o levantamento de dados e informações destinados a subsidiar a elaboração do Novo Plano Municipal de Educação de Biritinga/BA, tendo como referência o diagnóstico educacional, o relatório final do decênio anterior e as metas do Plano Nacional de Educação – PNE;
- VI** – realizar estudos diagnósticos da educação no Município de Biritinga/BA, em conformidade com as diretrizes, objetivos, metas e estratégias do Novo Plano Nacional de Educação;
- VII** – articular a elaboração do Novo Plano Municipal de Educação em regime de colaboração municipal, estadual e federal;

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

- VIII** – apropriar-se do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, para assegurar a consonância do Novo Plano Municipal de Educação com as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias nacionais;
- IX** – auxiliar o Fórum Municipal de Educação na organização de consultas públicas, seminários, reuniões técnicas e audiências públicas, quando necessário;
- X** – sistematizar o documento de referência a ser encaminhado para consulta pública;
- XI** – criar, orientar e acompanhar, quando necessário, comissões técnicas ou subcomissões temáticas destinadas ao debate das propostas do texto-base do Plano Municipal de Educação;
- XII** – acompanhar a elaboração do diagnóstico educacional e do documento-base a ser submetido aos espaços de participação social e, posteriormente, encaminhado à apreciação das instâncias competentes;
- XIII** – organizar as metas e estratégias do PME de forma cronológica e sistematizada, possibilitando melhor visualização, consulta e controle dos processos de execução, monitoramento e avaliação;
- XIV** – consolidar e apresentar a proposta final do Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação em audiência pública, para apreciação da comunidade e posterior encaminhamento aos órgãos competentes;
- XV** – validar a versão final do Projeto de Lei do Novo Plano Municipal de Educação e encaminhá-la à Secretaria Municipal de Educação para submissão ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação deste Decreto, salvo prorrogação devidamente justificada;
- XVI** – acompanhar o trâmite do Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação na Câmara Municipal de Biritinga/BA.

CAPÍTULO III
DO SUPORTE TÉCNICO E DAS SUBCOMISSÕES

Art. 5º. A Comissão Gestora Municipal terá como suporte técnico a Equipe Técnica para Elaboração do Novo Plano Municipal de Educação, instituída por decreto municipal próprio, sem prejuízo do apoio dos órgãos e setores da Administração Pública Municipal.

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

Art. 6º. No âmbito da Comissão Gestora, serão criadas 8 (oito) Subcomissões Temáticas, vinculadas às 16 (dezesesseis) temáticas do Plano Nacional de Educação, conforme organização definida pela Secretaria Municipal de Educação e pela própria Comissão Gestora.

§ 1º. Cada Subcomissão Temática terá um(a) articulador(a), escolhido(a) entre os seus membros, responsável pela organização operacional dos trabalhos do respectivo eixo temático.

§ 2º. Compete ao(à) articulador(a) da Subcomissão Temática:

- I** – produzir relatórios técnicos, quadros de acompanhamento e sínteses dos debates realizados;
- II** – auxiliar na elaboração do plano de ação e acompanhar prazos, responsabilidades e produtos previstos;
- III** – prestar suporte operacional e metodológico aos trabalhos da Comissão Gestora;
- IV** – manter documentação, atas, listas de presença, registros e demais documentos do processo;
- V** – realizar as explanações, apresentações e encaminhamentos necessários no âmbito das subcomissões.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º. A Comissão Gestora Municipal reunir-se-á periodicamente, mediante convocação prévia, conforme calendário estabelecido na primeira reunião, para o cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. As deliberações serão registradas em atas assinadas pelos membros presentes, digitalizadas e arquivadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º. A Comissão Gestora será assessorada pelas coordenadoras do processo de elaboração do Novo Plano Municipal de Educação, indicadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

Art. 9º. A Comissão Gestora poderá convidar especialistas, técnicos, representantes de órgãos públicos, entidades da sociedade civil, instituições de ensino e demais colaboradores com conhecimentos pertinentes para contribuir com os trabalhos sobre as temáticas em pauta.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. As atividades dos integrantes da Comissão Gestora do Novo Plano Municipal de Educação são consideradas de relevante interesse público, não ensejando remuneração adicional e devendo ser desempenhadas sem prejuízo das atribuições próprias do cargo, emprego, função ou representação que ocupem.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação de Biritinga/BA prestará o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao funcionamento da Comissão Gestora de que trata este Decreto, observadas a disponibilidade financeira, a capacidade administrativa do Município e as demais normas legais aplicáveis.

Art. 12. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da execução deste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação aplicável, as diretrizes do Plano Nacional de Educação e as peculiaridades da Rede Pública Municipal de Ensino de Biritinga/BA.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BIRITINGA/BA, em 30 de junho de 2026.

GILMÁRIO SOUZA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Biritinga/BA

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39
Fone/Fax.: (75) 3267-2354

IMPRENSA OFICIAL



Este município possui imprensa oficial!

A lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente.



CUIDE DA
SUA CASA.

FALE COM
SEUS VIZINHOS.

CONVERSE COM
A PREFEITURA.

O BRASIL CONTA COM VOCÊ



Autenticidade garantida, esta publicação é assinada digitalmente.